



ANÁLISE DA ACESSIBILIDADE EM SÍTIOS HISTÓRICOS E/OU TURÍSTICOS: O CASO DO PRÊMIO CIDADES ACESSÍVEIS EUROPEIAS

Palavras-Chave: ACESSIBILIDADE, CIDADES ACESSÍVEIS, SÍTIOS HISTÓRICOS E/OU TURÍSTICOS

Autores/as:

NAYARA DOS SANTOS REIS, GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO, FECFAU

Prof.^(a) Dr.^(a) NÚBIA BERNARDI (orientador(a)) FECFAU

INTRODUÇÃO:

A acessibilidade é um tema que deve ganhar espaço cada vez maior, pois ao observar-se as cidades e os edifícios arquitetônicos percebe-se que estes ainda não são, em sua grande maioria, projetados para garantir o conforto e a autonomia de usuários com diferentes habilidades sensoriais. A presença da acessibilidade na nossa sociedade garante a inclusão social além de permitir a integração das pessoas durante a ocupação nos espaços públicos, edifícios históricos e na cidade como um todo (MEDEIROS; MATIAS E COSTA, 2016).

São diversas as barreiras que as pessoas com deficiência sofrem nos ambientes construídos que os impossibilitam de ocupar e usufruir da melhor maneira o espaço arquitetônico (CAMBIAGHI, 2017). Diversas problemáticas como ausência de rampas para acesso a edifícios ou calçadas, impossibilidade de troca de informações impessoais, ausência de tecnologia assistiva para compreensão do

espaço e muitas outras adversidades são encontradas nas edificações e nos espaços urbanos. Situação mais crítica ocorre nos sítios históricos e/ou turísticos, cujas construções remetem à uma época em que as questões de acessibilidade sequer eram discutidas (ANDRADE & BINS ELY, 2009). Com a acessibilidade ganhando espaço de discussão e a necessidade de implementação em todas as esferas arquitetônicas e urbanísticas, os sítios históricos e turísticos mostram-se como espaços que necessitam receber as adequações para uso universal, implementando medidas de acessibilidade sem que se descaracterize a importante arquitetura existente.

Para a discussão sobre a acessibilidade em cidades históricas, importantes exemplos de cidades europeias podem ser revisitados, uma vez que aquele continente apresenta sítios seculares ainda hoje em condições de visitação. Segundo a Comissão Europeia, uma cidade pode ser considerada acessível quando possibilita que todos possam se deslocar e utilizar os serviços oferecidos pela cidade sem

nenhum tipo de problema. Seguindo esse pensamento foi desenvolvido o Prêmio Cidades Acessíveis, na Europa, premiando as cidades que conseguem evidenciar seus esforços para garantir acessibilidade em edifícios e ruas; bondes, metrô e outros transportes públicos; bilheterias e serviços; sítios web e outras tecnologias; informações que sejam de fácil leitura e compreensão. Essa premiação nos permite observar as cidades históricas da Europa que conseguem, sem descaracterizar sua história e arquitetura, garantir acessibilidade para seus moradores e visitantes. Neste projeto de pesquisa pretende-se analisar os projetos de implementações desenvolvidos pelas últimas cinco cidades vencedoras do prêmio no período de 2019 a 2023.

METODOLOGIA:

Este projeto é uma pesquisa documental e utilizará como metodologia a Revisão Sistemática da Literatura. Serão investigados os seguintes temas:

1. Artigos científicos sobre os conceitos de Acessibilidade, Desenho Universal na Arquitetura e Urbanismo e barreiras arquitetônicas nos sítios históricos e turísticos das cidades brasileiras.
2. Prêmio Cidades Acessíveis Europeias: histórico, objetivos e verificação dos critérios de classificação: estudo de caso das cidades premiadas no período de 2019, 2020, 2021, 2022 e 2023 (será feito através dos documentos disponíveis no website oficial da União Europeia);
3. Norma ABNT 9050/2020 (item sobre edifícios tombados) e norma de acessibilidade para edifícios tombados;

4. Diretrizes do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).

Além da revisão da literatura, a partir das informações coletadas foram elaboradas tabelas para melhor compreensão das etapas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

Para a análise do Prêmio Cidades Acessíveis Europeias foi utilizado como base o regulamento do ano de 2023, onde são destacados os objetivos, procedimentos de candidatura e os critérios estabelecidos para a definição da cidade vencedora.

A participação no Prêmio garante para as cidades ganharem reconhecimento a nível europeu, além disso a mensagem abrangente que o programa de atribuição do Prêmio pretende comunicar é a de que as pessoas têm o direito de viver em áreas urbanas onde os serviços e as atividades de lazer estejam acessíveis a todos. As cidades devem assim empenhar-se em melhorar a qualidade de vida dos seus cidadãos, reforçando a acessibilidade. Para as cidades que realizam a inscrição no concurso elas devem seguir os seguintes procedimentos e critérios:

1. O Prêmio Cidade Acessível distingue **três** cidades como vencedoras, sendo elas classificadas em 1º; 2º e 3º lugar, além das menções honrosas.
2. Estão aptos para inscrição cidades com mais de 50.000 habitantes de um Estado-Membro da UE. Em Estados-Membros da UE com menos de duas cidades/entidades administrativas com aquelas características, as áreas

urbanas compostas por duas ou mais cidades/entidades administrativas também podem participar, caso a sua população combinada ultrapasse os 50.000 habitantes.

3. Os vencedores anteriores do primeiro prêmio não podem concorrer durante um período de cinco anos.
4. O signatário deve ser o presidente da câmara municipal ou o representante de mais elevado grau da cidade com poderes para representar legalmente a cidade, conferidos pela legislação nacional.

A seleção da cidade vencedora decorre em duas fases: uma pré-seleção a nível nacional e uma seleção final a nível europeu. A tabela abaixo apresenta os Júris que atuam nessas fases de seleção e suas respectivas funções:

	Júri Nacional	Júri Europeu
	pré-seleção	seleção final
COMPOSIÇÃO	Um representante do Conselho Nacional para a Deficiência; Um representante de uma administração nacional responsável pela política de deficiência; Um especialista em acessibilidade; Um presidente (caso não seja membro de uma das três categorias acima mencionadas); Um especialista em envelhecimento da população.	Fórum Europeu para a Deficiência; Age Platform Europe; Especialista em ambiente urbanizado e espaços públicos; Especialista em transportes e infraestruturas conexas; Especialista em TIC; Especialista em instalações e serviços públicos.
FUNÇÕES	O objetivo do Júri Nacional consiste na seleção de até três cidades (denominadas candidatas nacionais) entre as candidaturas nacionais. Os membros do Júri Nacional são pessoas nomeadas a título pessoal e que atuam de forma independente e no interesse público.	o Júri Europeu seleciona a vencedora do Prémio Cidade Acessível e os segundo e terceiro classificados. o Júri da UE pode decidir atribuir uma ou várias "Menção(ões) Honrosa(s)" dependendo do contexto atual e projetos/políticas ou destaques específicos das candidaturas (por exemplo, acesso ao património cultural, acesso ao local de trabalho; cidades inteligentes etc.).

Tabela 1 – Composição do Júri

Os Júris Nacionais são compostos por um mínimo de três e um máximo de cinco membros com áreas de experiência diversas e o Júri Europeu será composto por um mínimo de três pessoas. Os Júris irão avaliar as candidaturas seguindo os seguintes critérios e respectivas pontuações para definir a cidade vencedora:

	CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	PONTUAÇÃO
Relevância	Descrição de ações, políticas e iniciativas - já implementadas ou em fase de planeamento - nas quatro principais áreas de acessibilidade: 1. ambiente urbanizado e espaços públicos; 2. transportes e infraestruturas conexas; 3. informação e comunicação, incluindo tecnologias de informação e comunicação (TIC); 4. instalações e serviços públicos.	20
Compromisso	Os candidatos devem destacar as estruturas ou enquadramentos estabelecidos na administração da cidade para implementar as ações de acessibilidade. A candidatura tem de demonstrar que as ações implementadas ou planeadas fazem parte de um enquadramento estratégico ou político coerente, não se tratando apenas de projetos. A estratégia de acessibilidade tem de estar integrada nas políticas da cidade e nos seus regulamentos.	20
Impacto	As iniciativas/políticas da cidade devem ter um impacto positivo visível na vida diária das pessoas com deficiência, bem como na qualidade global de vida da cidade. Devem ser facultados, quando relevantes, exemplos de iniciativas que visem inicialmente pessoas com deficiências, explicando como beneficiam partes mais alargadas da população. Os candidatos devem incluir dados qualitativos e quantitativos que fundamentam as afirmações relativas ao êxito das referidas iniciativas e facultar exemplos concretos.	20
Qualidade e Sustentabilidade	Os candidatos devem explicar que estruturas, mecanismos e processos foram implementados para assegurar a qualidade e a sustentabilidade dos resultados alcançados. A qualidade dos resultados é definida tendo em conta as melhorias conseguidas ao nível da acessibilidade e dos progressos em matéria de conformidade com as normas e legislação.	20
Projeto participativo	A participação ativa e inequívoca das pessoas com deficiência, das organizações que as representam e dos especialistas em acessibilidade deve ser demonstrada no planeamento, implementação e manutenção das políticas e iniciativas da cidade que visam uma maior acessibilidade.	20
	TOTAL	100

Tabela 2 - Critérios de avaliação

Com esses critérios de avaliação consegue-se entender quais são os principais parâmetros que delimitam o vencedor do prêmio. Percebe-se que o critério de "impacto", embora tenha mesma pontuação dos demais, apresenta um escopo relevante pois prevê que a iniciativa da acessibilidade deve atingir a população de forma abrangente, reforçando que o resultado seja positivo na vida quotidiana dos cidadãos.

Este projeto de pesquisa tem como metodologia o estudo das últimas cinco cidades vencedoras. Em 2019, teve-se como vencedora a cidade de Breda, nos Países Baixos. Em Breda, os espaços públicos são acessíveis para todos os cidadãos, além de utilizar da tecnologia para disponibilizar transporte acessível onde esses investimentos desenvolvem o turismo e a inclusão na cidade. (EUROPEAN COMMISSION, 2018).

A cidade de Varsóvia na Polónia foi a cidade premiada no ano de 2020. A cidade teve um investimento para eliminar as barreiras arquitetônicas e outras que dificultam os acessos na cidade. Desde 2017, todas as estradas, espaços públicos, novos edifícios ou remodelados devem cumprir os padrões de acessibilidade na cidade. Passando por várias mudanças, a cidade melhorou os seus acessos oferecendo reparos em suas calçadas, modernização dos pontos de ônibus, nova iluminação e sinais sonoros nos cruzamentos. Além disso, oferece transporte público acessível e organiza oficinas educativas para sensibilizar sobre os direitos das pessoas com deficiência.

A cidade vencedora do Prêmio cidade Acessível Europeia de 2021 foi a cidade Sueca Jönköping. A cidade consegue envolver os representantes das pessoas com deficiência nas tomadas de decisões e para entender as necessidades de seus moradores. A cidade sediou o fórum Sueco para o Desenvolvimento dos Direitos Humanos em 2017 que incluiu sessões sobre deficiência. Anualmente organiza uma “accessibility walk” e um prêmio próprio para empresas locais focando em garantir uma maior inclusão na cidade (EUROPEAN COMMISSION, 2020).

Em 2022 a cidade de Luxemburgo, na Europa levou o prêmio por sua abordagem “Design for All” tornando os acessos mais acessíveis para todos como por exemplo, ônibus de piso baixo equipados com rampas, anúncios visuais e sonoros nos ônibus e ponto de ônibus além de consultar regularmente seus cidadãos com deficiência sobre as ações aplicadas na cidade. (EUROPEAN COMMISSION, 2021).

Recentemente, em 2023 tem-se como cidade vencedora Skellefteå na Suécia, cidade com grande enfoque no turismo e com propostas sustentáveis tanto no setor de construção quanto no setor de transporte fazendo parte da Intelligent Cities Challenge (ICC). Em suas propostas tenta garantir a acessibilidade em todas as esferas da cidade. Trazem como projeto para os espaços públicos de praças e ruas, equipamentos com sinais de informação táteis e aquecimento do solo, garantindo que a neve não seja um impedimento para os usuários desses espaços, além de garantir mapas e caminhos táteis no parque central da cidade. No âmbito tecnológico, um serviço de SMS desenvolvido para pessoas cegas e com visão parcial, fornece informações sobre possíveis construções ou obstáculos na cidade. Os veículos públicos, plenamente acessíveis, possuem rampas, telas de texto e anúncios em áudio. Além disso, a cidade ainda oferece formação a jovens com deficiência intelectual de forma a garantir uma vida adulta independente. (EUROPEAN COMMISSION, 2022).

Consegue-se observar que as cidades vencedoras são compostas por projetos e implementações que trazem relevância para os moradores e turistas no ambiente urbanizado e espaços públicos visando o melhor aproveitamento dos usuários. Apresentam propostas que incentivam e buscam desenvolver um impacto na vida cotidiana das pessoas com deficiência com programas que realizam o fácil acesso aos principais pontos turísticos além de melhorar as condições dos veículos públicos facilitando a circulação pela cidade. Essas análises nos permitem concluir que 13 anos após a criação do Prêmio Cidades

Acessíveis Europeia, o conceito de uma cidade para todos se mantém firme a fim de garantir uma Europa mais acessível.

CONCLUSÕES:

Tendo em vista a importância da acessibilidade e do Desenho Universal nos projetos arquitetônicos e urbanos, este projeto de pesquisa teve por objetivo investigar os critérios de avaliação do Prêmio Cidades Acessíveis Europeias, uma vez que estes sítios são lugares de grande visitação de público, sendo necessário respeitar a diversidade de mobilidade e uso do espaço físico. Algumas das cidades premiadas conseguem garantir a acessibilidade levando em consideração seus aspectos históricos sem descaracterizá-los. Fazendo um paralelo com o Brasil, a Norma ABNT 9050 se destaca por estabelecer os critérios de condições de acessibilidade, porém para as questões que envolvem o patrimônio histórico e turístico, as normas ainda carecem de maiores informações. A partir deste estudo pretende-se ampliar o escopo da pesquisa e verificar se é possível pensar no cenário dos sítios históricos/turísticos brasileiros, de forma a desenvolver propostas baseadas em critérios de acessibilidade que visem um espaço urbano adequado para todos os cidadãos.

BIBLIOGRAFIA:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - **ABNT; 2020, NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliários, espaços e equipamentos urbanos.** Rio de Janeiro: ABNT, 2020.

ANDRADE, Isabela Fernandes; BINS ELY, Vera Helena Moro. Edificações Históricas

preservadas: Intervir para torná-las acessíveis. In: **Ação Ergonômica**, Vol. 7, nº2, 2009.

CAMBIAGHI, Silvana. **Desenho Universal: Métodos e Técnicas para arquitetos e urbanistas.** São Paulo: Editora Senac São Paulo, 4ª edição, 2017.

COMISSÃO EUROPEIA. **Prêmio Cidades Acessíveis.** Disponível em: <<https://ec.europa.eu/social/main.jsp?catId=1141&langId=en>> Acesso em: 16/05/2022.

MEDEIROS, Haendel Lopes Virgulino de; MATIAS, Emanoella Bella Sarmento S.E; COSTA, Angelina Dias Leão. ENEAC, 10 anos. Resgatando a Habitabilidade Local: Inserção de Rota Acessível no Centro Histórico de João Pessoa. In: **Anais VI Encontro Nacional de Ergonomia do Ambiente Construído e VIII Seminário Brasileiro sobre Acessibilidade Integral.** Recife, PE, 2016.

RIBEIRO, Sandra Bernardes. **Acessibilidade e Mobilidade Urbana.** Iphan, cadernos técnicos, 2014.

Website Prémio Cidade Acessível, disponível em:
<https://eurocid.mne.gov.pt/premios/premio-cidade-acessivel-2023>